



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA ATA Nº 15 06 DE SETEMBRO DE 2022

Handwritten signature: J. Lopes

(N.º 1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária pública, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Em conformidade com o artigo 9.º do Regimento da Câmara Municipal de Almeida, foi proposto pelo senhor Presidente da Câmara, a introdução na Ordem do Dia dos seguintes assuntos:

1. Plano Municipal de Transporte Escolar 2022/2023;
2. Pedido de Cedência de sala nas instalações das Termas da Fonte Santa;

Em conformidade com o artigo 9.º, ponto 4, do Regimento da Câmara Municipal de Almeida, foi proposto pelo senhor vereador Alexandre Gonçalves, a introdução na Ordem do Dia dos seguintes assuntos:

3. Recolher informação sobre Pedido da Junta de Freguesia de Vilar Formoso entregue à Câmara Municipal de Almeida, relativo ao Protocolo – Contrato Interadministrativo
4. Solicitar Pedido de Resposta relativamente ao assunto de abate de árvores em Vilar Formoso – reunião n.º 3, de 1 de fevereiro de 2022;
5. Iniciativas da cadeira e baloiço;
6. Evento Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural;
7. Eurocidade

06 de setembro de 2022 _ATA n.º 15

ORDEM DO DIA

X
Lanes

1. ATAS:

1.1. Aprovação das Atas N.ºs 11 e 14;

O Senhor Presidente da Câmara colocou à apreciação a ata número 11, de 07 de junho de 2022 e a ata número 14, de 02 de agosto de 2022, tendo sido dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas foram oportunamente enviadas aos Senhores Vereadores.

Verificando-se a não existência de intervenções, o senhor Presidente colocou as atas supracitadas a votação, tendo sido aprovadas, por unanimidade.

2. DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

2.1. Licenciamento de Obras Particulares - Mapa N.º. 4/2022 de 30 de agosto;

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento dos despachos exarados no âmbito da delegação e subdelegação de competências, previstas no artigo 34.º da Lei 75/3013, de 12 de setembro, respeitantes ao licenciamento de obras particulares, mapa número 04/2022 de 30 de agosto.

O vereador Alexandre Gonçalves afirmou ter ficado contente com uma não autorização de colocação de uma antena.

3. SUBSÍDIOS:

3.1. A Rosa Martinho Ramos - Publicação do Livro "Castelo Mendo, Histórias e Tradições do Antigamente;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício de Rosa Martinho Ramos, residente em Castelo Mendo, datado de 25 do mês de agosto findo, solicitando a atribuição de um subsídio, destinado a comparticipar a edição do livro "Castelo Mendo, histórias e tradições do antigamente", o qual terá o custo de 12,50 € (doze euros e cinquenta cêntimos) com IVA incluído.

Tendo em conta que o livro é uma mais valia para o Município e que gostaria de manter o princípio de apoiar os autores locais, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio até ao montante máximo de 1.000,00€ (mil euros), destinado à aquisição de exemplares da publicação.

X lanes

3.2. À Associação Terras do Côa - Proposta Ribacôa Clássicos;

Pelo Senhor Presidente foi presente um ofício de Telmo Ramalho, datado de 09 de agosto do ano em curso, dando conta que o canal Youtube Carburador e a Associação Terras do Côa se uniram para organizar um passeio de carros clássicos, que terá como tema principal o Rio Côa, o qual irá ocorrer nos dias 23, 24 e 25 do corrente mês de setembro e cujo percurso se inicia no Sabugal, passando por Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, terminando em Vila Nova de Foz Côa.

O objetivo é durante os três dias oferecer aos participantes o melhor que a região tem, em termos paisagísticos, gastronómicos e culturais.

Juntam para o efeito o respetivo programa e orçamento.

Como contrapartida solicitam um apoio financeiro de 800,00 € (oitocentos euros) mais IVA, destinado a despesas de organização, promoção e divulgação, pagamento a *influencers* e as suas despesas, despesa de deslocação e alimentação da equipa, impressão de material gráfico e pagamento à equipa de vídeo e fotografia.

A Câmara, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 800.00€ (oitocentos euros) ao Carburador e à Associação Terras do Côa, destinado a apoiar as despesas inerentes ao passeio.

4. CENTRO HISTÓRICO DE ALMEIDA:

4.1. Direito Legal de Preferência - Venda de Prédio Urbano sito na Rua do Chafariz, em Almeida (Art.º Matricial nº. 370º);

Pelo Senhor Presidente foi presente o processo para o Exercício do Direito Legal de Preferência na Compra de um Prédio Urbano sito na Rua do Chafariz, em Almeida.

Sobre o assunto consta do mesmo a informação número LM-71/2022, do Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, datada de 20 de julho, na qual refere que, na sequência do requerimento apresentado por Maria Adelaide Marques Pereira Lourenço, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança, o mesmo vem solicitar, que a Câmara Municipal certifique que não pretende exercer o direito legal de preferência na compra do prédio urbano, sito na Rua do Chafariz, em Almeida.

O prédio urbano em questão encontra-se inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 370, da Freguesia e Concelho de Almeida, sendo constituído por uma edificação com dois pisos (rés-do-chão e 1º. andar, com uma área de implantação de 28 m², pretendendo o requerente proceder à sua alienação pela quantia de 12.000,00 € (doze mil euros).

X lanes

De acordo com o disposto no número 1, do artigo 37º, da Lei 107/2001, de 08 de setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e tendo em conta a informação anteriormente mencionada, a Câmara, deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência na compra do imóvel em referência, tendo em conta, que o mesmo não apresenta quaisquer características relevantes e de interesse para o Município.

5. FORNECIMENTO DE ÁGUA:

5.1. Pedido de Contrato de Fornecimento de Água Provisório - Freguesia de Malpartida;

Pelo Senhor Presidente foi presente um requerimento datado de 05 de agosto do ano em curso, de Esther Gonçalves, residente em França, solicitando a realização de um contrato de fornecimento de água provisório, para uma habitação que adquiriu na Rua de S. Sebastião, número 21, na Freguesia de Malpartida, mas ainda não fez escritura, estando a mesma prevista para finais de outubro do corrente ano.

Sobre o referido pedido foi emitida a informação número 5140/2022, da Coordenadora Técnica Paula Silva, datada de 16 de agosto findo, na qual refere que o Regulamento de Abastecimento de Água em Baixa ao Concelho de Almeida, não existe nenhum artigo que faça menção a contratos provisórios nem instalação provisória de contadores, pelo que, nos termos do artigo 95º do referido Regulamento cabe ao Executivo decidir.

Tendo em conta que é uma família com menores, que pretende instalar-se na nossa região e fazer investimento local, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o fornecimento provisório de água para a habitação até outubro de 2022.

6. TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº. 57/2019, DE 30 DE ABRIL:

O senhor Presidente da Câmara começou por referir que teve diversas reuniões com as Associações, em conjunto, e com as Associações em separado, estando em falta uma reunião que ainda não aconteceu por não se ter conseguido acertar agendas. Referiu que este assunto teria de vir a esta reunião para se formalizar a proposta final às Juntas de Freguesia para o funcionamento das Delegações de Competências, no âmbito da transição.

Referiu ainda, que na mesa estão duas propostas, uma delas para abranger aquilo que estava anteriormente e manter as regras dessa forma. A outra proposta pretende ir mais à resposta que efetivamente é dada nas Delegações de Competências. A proposta que se elabora, quer para a Junta de Freguesia de Almeida, quer para a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, é

X Lane!

uma proposta alternativa e que consiste em subir a parte administrativa e por na realidade daquilo que acontece, a parte mais de terreno, com os assistentes operacionais. Das Delegações previstas no artigo 132.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro propõe-se passar as competências gerais de quatro competências. As competências previstas nas alíneas “e) *Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico*” e “f) *Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior*” só existem nas Juntas de Freguesia de Almeida e de Vilar Formoso. Continuou dizendo, que Vilar Formoso continuará com a gestão da Feira e em Almeida a Gestão da Feira continuará com o Município.

Proseguiu o senhor Presidente dizendo que das reuniões que existiram, a maior dificuldade levantada se prendeu com ter capacidade de resposta. A proposta que é feita é a de a Câmara fazer este apoio através do assistente administrativo e no caso de Almeida e Vilar Formoso a proposta é de ser 100% (cem por cento) do valor do administrativo porque têm muita mais carga e retirando a proposta de realização de fogueiras e queimas, dada esta questão ser mais técnica.

Acrescentou que, da reunião com o grupo de trabalho das Associações de Freguesia, nomeadamente com a Associação de Freguesias da Raia e do Côa, aquilo que estava em questão era a retribuição pela dimensão das freguesias, algo que diz ter acatado, extrapolando-o inclusive relativamente a Almeida e Vilar Formoso, dado que têm mais população, colocando a proposta de ser 100% (cem por cento), dando assim resposta às necessidades de cada uma das Juntas de Freguesia, fazendo o transporte para a Associação de Freguesias, deixando a questão da intervenção nas estradas municipais em aberto, frisando que quem não estiver interessado em fazer é retirado. Foram revistos os valores do RE e colocado no valor da ceifa, faltando rever com maior cuidado a situação da Associação de Freguesias da Ribeira dos Cadelos. Concluiu, afirmando que o objetivo é de tudo ficar revisto e definido, aprovar-se esta proposta, no sentido de a remeter às Juntas de Freguesia para depois ser presente em próxima reunião de Câmara e, posteriormente, à reunião de Assembleia Municipal.

Os senhores vereadores Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves questionaram o Presidente se teriam de aprovar os documentos em causa, ao qual o Presidente respondeu que sim, explicando que irá submeter as propostas depois de aprovadas em reunião, às Juntas de Freguesia.

X lanes

A vereadora Catarina Vilhena afirmou não terem acesso ao documento da proposta, ao que o senhor Presidente respondeu que os documentos que tinha à sua frente eram os mapas-resumo das duas propostas.

A vereadora Catarina Vilhena afirmou que o que tinha à sua frente eram só números. O senhor Presidente disse que era o que estava em causa, os números. A vereadora Catarina Vilhena respondeu ao senhor Presidente que as Juntas e as Associações de Freguesia é que terão de se debater com os números e que a sua preocupação se prendia sim com as competências que eram passadas para as Juntas de Freguesia. O Presidente respondeu, dizendo que as competências estão claras, lembrando até que as competências estão já do lado das Juntas de Freguesia e o contrato será passá-las para a Câmara Municipal. A vereadora Catarina Vilhena disse que para ela o que estava em questão era que os valores refletidos foram calculados em função dos quilómetros de vias que eram para limpeza e nunca foi atribuído um valor a cada uma dessas competências. O Presidente explicou que são atribuídas por grupo.

A senhora vereadora Catarina Vilhena concluiu dizendo, continuar sem entender o valor que é atribuído a cada Junta de Freguesia. O Presidente da Câmara explicou alínea a alínea a questão das competências e a sua atribuição de valor, traduzindo-se num assistente técnico ou operacional. Explicou ainda, que na proposta inicial foi proposto 25% (vinte e cinco por cento) para cada Junta, mas após reuniões com as respetivas Juntas, solicitou-se que aquelas que tivessem mais de 150 habitantes pudessem considerar 50% (cinquenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) no caso de Almeida e Vilar Formoso, afirmando que no final, ele mesmo propôs 100% (cem por cento), justificados pela parte operacional e parte administrativa e nas Uniões de Freguesia se continuasse a fazer com a proposta inicial.

A vereadora Catarina Vilhena referiu que se as Juntas de Freguesia estão de acordo com isso, ela também não vê qualquer problema, afirmando que vai aprovar, condicionada à opinião final das Juntas de Freguesia.

Interveio o vereador Alexandre Gonçalves, dizendo que não tinha a noção de que teria de aprovar as propostas apresentadas e embora não vá votar contra, em termos de princípio, também não votará favoravelmente porque em termos do processo há uma série de questões pessoais que não são vinculativas sequer com a sua posição política, pelo que afirmou abster-se considerando que encetadas as negociações e o esforço feito entre o Município e a Associação de Freguesias e Juntas de Freguesia acha que deve ter uma decisão que respeite a vontade de todos.

X
lone!

Proposto a votação, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto de abstenção do vereador Alexandre Gonçalves, aprovar a proposta relativa à transição de Delegação de Competências para serem presentes às Associações e Juntas de Freguesia para decisão final, submetidas a uma próxima reunião de Câmara e remetidas, posteriormente, a reunião de Assembleia Municipal.

ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

1. Plano Municipal de Transporte Escolar 2022/2023;

O Presidente da Câmara cedeu a palavra ao vereador com o pelouro da Educação, o Dr. Alcino Morgado, que passou de imediato a explicar que findas as matrículas e feito o levantamento de necessidades, derivaram a diminuição de um circuito em regime de concessão, passando a fazê-lo por meios próprios, fazendo uma readaptação desse mesmo circuito que passará em mais duas freguesias. Informou também, que se lançou o concurso para concessionar dois circuitos. Afirmou continuar a aproveitar os transportes intermunicipais de Escalhão e Escarigo, existindo quatro circuitos próprios, tentando tirar o máximo partido destes circuitos internos.

A vereadora Catarina Vilhena interveio dizendo que lhe agradou o facto de ter dado conta de que a recolha de crianças já não é feita tão cedo.

O senhor Presidente da Câmara referiu que tem havido uma preocupação em melhorar a rede de Transporte Escolar, através de mais recursos humanos, bem como transversalmente do investimento em material com a compra de carrinhas. Referiu que há muitas dificuldades pois a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes têm uma visão muito homogénea do território, tratando o país de forma desigual. Disse acreditar que no futuro próximo o Município será não só a entidade gestora, mas também a entidade transportadora.

Em modo de conclusão, o Presidente da Câmara agradeceu a dedicação dos funcionários, pois foi graças ao seu esforço e zelo que se irá ter a rede de Transporte Escolar a funcionar logo no primeiro dia de aulas deste ano letivo.

Proposto a votação, foi deliberado aprovar, por unanimidade, o Plano Municipal de Transporte Escolar para o Ano Letivo 2022/2023.

2. Pedido de Cedência de sala nas instalações das Termas da Fonte Santa;

O senhor Presidente apresentou o ofício da senhora Raquel Caramelo, que veio solicitar a cedência de uma sala nas instalações das Termas da Fonte Santa com a finalidade de ali realizar

X
Lanes.

terapias energéticas. O senhor Presidente afirmou, que apesar de as Termas encarecerem um pouco com o custo com energia, será sempre uma mais valia pois é mais uma resposta a favor dos munícipes.

Proposto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a cedência à senhora Raquel Caramelo, de uma sala nas instalações das Termas da Fonte Santa com a finalidade de ali realizar terapias energéticas.

3. Recolher informação sobre Pedido da Junta de Freguesia de Vilar Formoso entregue à Câmara Municipal de Almeida, relativo ao Protocolo

O vereador Alexandre Gonçalves referiu que este assunto tem a ver com o Protocolo, os 10.000,00€ (dez mil euros), do contrato.

O senhor Presidente disse que em relação a este assunto iria manter o que disse nas aprovações. As Juntas de freguesia foram alertadas para o facto de que teriam de fazer o trabalho para poder ser executado. A Junta de Freguesia deve trabalhar e fazer um planeamento para executar uma parte este ano e a outra no ano seguinte, sendo certo que irão adiar a transição ao máximo porque isso vai obrigar a ter no Orçamento da Câmara cativada uma verba que ronda os 500.000.00€ (quinhentos mil euros) sensivelmente.

O vereador Alexandre Gonçalves pediu desculpa por não ter lançado o assunto antes da Ordem do Dia mas queria apenas verificar com o senhor Presidente se está a par de algumas reclamações existentes derivadas do facto dos camiões das obras em Vilar Formoso circularem nas vias com alguma velocidade, com a caixa aberta sem tolde, deixando cair brita nas vias.

O senhor Presidente respondeu que tem conhecimento que existe algum transporte que não vem devidamente coberto, mas referiu que já teve reuniões com a empresa e o tema já foi exposto e debatido. Frisou que nestes casos é a G.N.R. que terá de atuar.

4. Solicitar Pedido de Resposta relativamente ao assunto de abate de árvores em Vilar Formoso – reunião n.º 3, de 1 de fevereiro de 2022;

O vereador Alexandre Gonçalves referiu ser muito importante para eles obterem uma resposta formal ao pedido de esclarecimento feito em fevereiro a propósito do abate das árvores em Vilar Formoso. Afirmou que apesar de saber que não existe um tempo legal definido em lei para uma resposta, julga que o razoável impera nos três meses.

O senhor Presidente disse que iria rever essa questão, embora não considere o assunto de maior importância.

X
Lanes

5. Iniciativas da cadeira e baloiço;

O vereador Alexandre Gonçalves afirmou querer entender, em termos estruturais, como é que estas iniciativas da cadeira, em Vilar Formoso e do baloiço, em Almeida, são pensadas no âmbito do Turismo. Questionou, dizendo, como é que se pode olhar para estes objetos, tendo um deles, um propósito mais amplo e certo, segundo a sua opinião, com o propósito de fazer a paragem e atrair aqueles que passam ao lado, mas como é que uma réplica e uma reprodução de uma iniciativa que é polarizada por todo o país em diferentes formas, nos pode constituir como um elemento diferenciador para atrair pessoas. Continuou dizendo, que gostaria que lhe explicassem porque é que esta iniciativa é um elemento de distinção que faz atrair gente para vir ao nosso baloiço em Almeida.

O Senhor Presidente disse que as intervenções, quer a cadeira quer o baloiço, foram ações direcionadas para um determinado período, sendo certo que admite que as intervenções podiam ter sido mais cuidadas em determinados aspetos, contudo, dado o investimento feito, não poderia ser muito melhor.

Disse o senhor Presidente que relativamente ao baloiço, colocado no Baluarte, junto à Porta de S. Francisco teve a intenção para o qual foi procurado, pois teve uma grande procura. Lembra que haviam filas para tirar uma fotografia não só de residentes como também daqueles quem eram visitantes. Refere que compreende que se poderia encontrar um sítio mais indicado, mais seguro, mais sinalizado, e isso foi sendo transmitido à impulsionadora do baloiço, a vereadora Nazaré Ribeiro, contudo, senão se tivesse feito esta intervenção não se teria tido a procura, a paragem, a ida ao baloiço e que continua a ter bastante afluência ainda durante o decorrer destes dias.

Informou o senhor Presidente que a estrutura do baloiço irá ser transferida para outro local, mais definitivo, considerando que ambas as intervenções foram consideradas provisórias.

6. Evento Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural;

Afirmou o senhor vereador Alexandre Gonçalves ter conhecimento de que já houve uma reunião preparativa do próximo ano da Feira de Caça e Pesca e Desenvolvimento Rural, pelo que, e de forma a poderem dar o seu contributo, de forma mais participativa, gostariam de ter acesso ao orçamento detalhado da Feira e também de perceber se existe algum relatório do evento que lhes pudesse ser facultado.

O Presidente respondeu ao senhor vereador dizendo que os senhores vereadores tiveram um acesso não detalhado, embora ele pudesse pedir um mapa-resumo da Feira. Respondeu

James

que não tiveram nenhuma reunião preparatória da Feira da Caça e Pesca, o que tiveram foi uma reunião direcionada às Associações de Caça e Pesca do concelho, por forma a dar resposta a um compromisso não cumprido da parte da Câmara que é o de fazer um calendário cinegético das principais atividades que atraem pessoas de fora.

7. Eurocidade

O senhor vereador Alexandre Gonçalves disse ter alguma dificuldade, dificuldade essa que diz partilhar com a vereadora Catarina Vilhena em relação a este assunto. Afirmou continuar a ter uma discordância em termos pessoais sobre a forma como é entendida a Eurocidade, percebendo que não é a Eurocidade que soluciona todos os problemas, contudo, continua a achar que no âmbito da Eurocidade, nomeadamente, no âmbito da economia transfronteiriça os instrumentos de futuro que iremos dispor são provavelmente aqueles onde poderemos ir buscar mais desenvolvimento. Continuou a sua intervenção, afirmando desconhecer os estatutos que são dados aos intervenientes do processo, referindo que gostava de saber como é que a autarquia olha para o envolvimento dos Territórios do Côa, dado que tem visto a Dra. Dulcineia envolvida no processo, questionando se existe já algum estatuto para a participação dos Territórios do Côa nestas negociações, se está definido ou não e em que papéis. Conclui, dizendo, que pretendia também ter acesso aos estatutos.

Em relação à Eurocidade, o Presidente lembrou que trouxe os estatutos à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, contudo, os vereadores Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves ainda não faziam parte deste Executivo. Afirmou que os estatutos se mantêm inalterados. Disse terem um plano de atividades ainda muito incipiente, saindo há pouco tempo um relatório do POCTEP. Afirmou estarem a aguardar a abertura da notária que abrirá em Almeida brevemente, para ali se realizar a escritura. Continuou referindo que a Dra. Dulcineia, através dos Territórios do Côa tem colaborado no sentido de ajudar na organização e funcionamento. Lembrou que a Câmara tem colocado os seus recursos para poder dar as primeiras respostas. Se houver verba para o funcionamento dos CDET's e das Eurocidades, podemos depois ver concursos para se conseguir uma equipa técnica para dar essas respostas, mas isso será numa fase seguinte para intervir no território. Disse ainda, que se não se criar emprego, a população vai continuar a diminuir.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto dos números 2 e 6, do artigo 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento do artigo 11.º, pontos 1, 2, 3 e 5 do Regimento da Câmara

X
lanes

Municipal de Almeida, inscreveu-se para esta reunião ordinária pública o senhor Carlos Manuel Monteiro Santos Pereira, com o propósito de esclarecer assuntos de interesse da Junta de Freguesia de Vilar Formoso.

O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Carlos Pereira que começou por dizer que o primeiro assunto se relaciona com o pedido extraordinário que a Junta de Freguesia de Vilar Formoso apresentou junto da Câmara Municipal, no sentido de alargar o prazo, uma vez que a Junta de Freguesia de Vilar Formoso é das Juntas de Freguesia que tem cumprido anualmente com o estabelecido no contrato interadministrativo de Delegação de Competências, sendo certo que até ao final do ano não se iria adiantar nada ou construir nada de produtivo e útil para Vilar Formoso, só se iria gastar dinheiro, de uma forma, no seu entender, não muito benéfica, quando têm em mente fazer uma intervenção grande no recinto das Festas em Vilar Formoso, que precisa de bastantes obras. Referiu também que ao utilizar o dinheiro este ano, para o ano iriam ter o mesmo problema e não possuem capacidade financeira para fazer face a esse investimento, mesmo com os 10.000,00€ (dez mil euros) que viriam para o ano, sendo nesse sentido que diz voltar a solicitar, extraordinariamente, uma vez que não são das Juntas de Freguesia que acumulam centenas de milhares de euros, o que acha incompreensível. Disse que seria muito útil utilizar-se o valor para, em conjunto com o valor que a Junta de Freguesia tem neste momento e com algumas amostras de comissões de festas anteriores que se mostraram disponíveis para ajudar financeiramente, podia-se fazer uma remodelação naquele espaço que permitiria dar mais condições para quem o utiliza. Disse ainda que estão num processo e pretendem manter anualmente a limpeza da Ribeira, tendo limpo a mesma quase na totalidade, faltando limpar o espaço entre a ponte da nacional 16 e a ponte de pedra, a zona junto ao Pedroso, acrescentando que gostaria de envolver a Câmara nesse sentido de apoiar financeiramente, pois encontram-se limitados na questão logística. Disse que as máquinas que têm utilizado, dada a quantidade de água que ali se aglomera não permite continuar os trabalhos, dizendo que têm de recorrer a outro tipo de intervenção. Tudo isto junto, de forma a conseguir dinamizar e colocar aquela zona de Vilar Formoso com um estatuto importante. Afirmou o senhor Carlos Pereira que no início do ano, aquando da reunião, foi dito que não estaria na ideia de o Município passar os valores para o ano seguinte, o que diz perceber, olhando para o Mapa, mas, por outro lado, diz estar a pagar o justo pelo pecador, que é uma questão de coerência e não voltar a usar dinheiros do erário público em coisas que neste momento não seriam importantes. Prosseguiu dizendo, que outra situação a agravar a situação da Junta é a questão do Parque Infantil que não tem tido qualquer tipo de manutenção desde 2014 (dois mil e catorze), obrigando a investimentos elevadíssimos, dizendo que estão a tentar colmatar o essencial, que é resolver a questão dos equipamentos que os miúdos utilizam,

*X
Lanes*

havendo equipamento que precisa urgentemente de manutenção, e isso será feito até ao final do ano.

Continuando a sua intervenção, outra questão que o traz à reunião de Câmara disse ser a dificuldade de interpretação dos mapas de Delegação de Competências. Afirmou que, particularmente, não conseguiu ainda perceber a questão dos mapas, sendo que a parte essencial daquilo, não sendo a questão de mais valor menos valor, pensando ele que os valores já estariam mais ou menos acordados, contudo, o que lhe faz mais dúvida diz ser, pese embora, o processo de negociação que as Juntas de Freguesia colocaram nas mãos das Associações de Freguesia e esse processo está a decorrer, até domingo as Associações não tinham conhecimento destes mapas. Continuou dizendo, que este mapa vai ter de ser discutido em Assembleia das Associações de Freguesias e só posteriormente aceite pelas mesmas. Acrescentou, dizendo que, por outro lado, afirmou continuarem a ter dúvidas naquilo que foi sempre a sua grande questão que é o formato da minuta, até podem juntar uma categoria de delegações mas elas têm que ser mensuráveis, têm de ter um valor aplicado a cada uma delas e não abdica dessa questão. Referiu que, por uma questão de lógica, se me vão dar uma competência, disse que terá de saber quanto é que ela vai valer, independentemente de estar de acordo ou não com as competências que estão a ser transmitidas, é uma questão de formato do próprio documento em si. Com essa minuta terão de vir anexados os regulamentos que existem sobre cada uma das competências que devem ser transitadas para as Juntas de Freguesia.

Relativamente à Eurocidade, disse ter algumas dúvidas. Referiu não ter estado nas negociações da Eurocidade. Referiu que na apresentação foi-lhe entregue o documento que tinha em mãos, e como curioso que é leu todo o documento. Disse não perceber haverem membros executivos e não executivos, sendo que as obrigações, os direitos são iguais para todos pelo que pode constatar nos estatutos. Disse haver uma incongruência, porque a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, como membro não executivo, não faz parte de qualquer órgão da Associação, quando o próprio estatuto indica que a Assembleia Geral onde estão representados todos os membros da ASD, pelo que considera que há qualquer coisa que não bate certo. Refere que, apesar de ser um documento que já existira, acha estranho aparecer o nome do Professor Manuel Gomes no documento, o que para ele não tem muita lógica, tal como não tem lógica estar a assinar um documento e estar lá Manuel Gomes. Referiu ainda que, já foi perceptível, em lado nenhum vê a intervenção dos Territórios do Cão inserida nos estatutos, que já foi mais ou menos esclarecido. Referiu ainda, que na tal reunião foi falado sobre a criação ou na necessidade de ter ou existir um Diretor Executivo, portanto, poderá ter a ver com os



Territórios do Côa, dizendo que gostaria de ver respondidas estas questões em relação à questão da Eurocidade.

Disse também que gostaria de solicitar o apoio do Município no que respeita à limpeza de passeios, uma vez que têm tido algumas reclamações da população. Disse saber que a culpa não é de ninguém, mas havendo uma possível intervenção, pois os passeios estão cheios de ervas, deixando também um alerta para a questão da rega, que está a ser feita para os passeios, não estando a ser utilizada para o que deve, que é o regadio das plantas e da relva.

Abordou ainda uma questão, questionando se poderá haver ou não ajuda por parte do Município e que está relacionada com o facto de frequentemente constatarem ruas sem luz. Informou que vão contactando a E-redes informando dos pontos sem luz, mas disse ser um trabalho inglório, pelo que questiona se a Câmara Municipal poderá ter alguma intervenção junto da entidade para poderem fazer uma revisão completa às lâmpadas de Vilar Formoso.

Referiu também que em relação à Caça e Pesca ouviu, e com agrado, que já estão a estabelecer questões relacionadas com a próxima Feira de Caça e Pesca, pedindo que a Junta de Freguesia seja envolvida nessas mesmas decisões e tomadas de decisões.

Para concluir, o senhor Carlos Pereira referiu que, e está relacionado com a ata aprovada na reunião de hoje, passados três ou quatro meses, que deu ordem, não, autorização para que a mesma fosse aprovada, mas continua a dizer que a mesma está errada, frisando que, em qualquer momento ele disse que a Junta de Freguesia queria ser convidada para as inaugurações. Disse que a Junta de Freguesia de Vilar Formoso quer ser convidada para a tomada de decisões, dizendo que é claro que gosta de ir às inaugurações como toda a gente gosta, mas o que a Junta de Freguesia pretende é fazer parte das tomadas de decisões, e é isso que pretende que fique registado em ata de forma clara, acrescentando que não quer ir às inaugurações porque querem, querem é participar na tomada de decisões e estarem envolvidos em tudo o que se passa em Vilar Formoso, pois como principal entidade desta vila, devemos estar envolvidos em todas estas questões.

O senhor Presidente respondeu ao senhor Carlos Pereira, sem seguir a ordem de exposição dos assuntos, começando por dizer que tal como já transmitiu, as relações têm dois sentidos e que ele espera pelas propostas da Junta de Freguesia sobre as atividades que tiver ou quiser participar, como, e que haja essa interação, mostrando-se aberto para se reunir, falar e produzir nesse aspeto. Referiu que aquilo que aconteceu em relação à Feira da Caça e Pesca e que aquilo está previsto nos Planos Municipais e que são do conhecimento geral da população, fazendo a intervenção conforme a tem planeada. Prosseguiu o Presidente da Câmara, dizendo

X
Lanos.

que se a Junta de Freguesia tem esse interesse em participar que digam como, que ele está aberto a poder fazer esse trabalho com a Junta de Freguesia, tal como se demonstra aberto a ajudar na limpeza, o que já havia transmitido ao Presidente de Junta, para verificar o que seria preciso para ajudar com os licenciamentos, estando disponíveis para intervir no local, que a partir de setembro haveria mais disponibilidade de se fazer essas intervenções.

Disse o senhor Presidente que na parte que diz respeito aos Protocolos, os contratos de Delegação de Competências, das intervenções que pretende a Junta de Freguesia, revelou que o que ele tem conhecimento é de uma intenção de, não sabendo se já tem algum plano, algum projeto, se têm um plano de intervenções previstas, tendo ouvido falar de melhoria das casas-de-banho, mas algo muito genérico, deixando o conselho de trabalharem no sentido de balizarem essas intervenções para serem incluídas no contrato de delegação de competências ainda de 2022 (dois mil e vinte e dois), mantendo aquilo que ficou nas aprovações, não há transições, para todos. Referiu ainda que há um atraso sistémico de todas as Juntas de Freguesia no trabalho de elaboração dos contratos de Delegação de Competências.

Relativamente à Eurocidade e os estatutos, sobre o facto de lá constar o nome do senhor Manuel Gomes, respondeu o senhor Presidente que poderá lá constar devido à fundação da própria Eurocidade, podendo ser adaptado no documento final, sendo feita uma revisão. Quanto à questão de participação, tem a ver com questões territoriais, uma vez que há uma sobreposição do Município e da Freguesia de Vilar Formoso, dizendo que quem está a fazer a Eurocidade é o concelho de Almeida, o Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro e o Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo. Referiu que a participação de Vilar Formoso é simbólica em termos de fronteira. Quanto a participar nos órgãos foi até uma questão em termos financeiros. Para que fosse um membro de pleno direito havia a necessidade da transferência de uma verba igual à que faz Fuentes de Oñoro, Ciudad Rodrigo e a que fará o Município de Almeida.

O senhor Carlos Pereira interveio, no sentido de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de o Município patrocinar essa entrada na Eurocidade de Vilar Formoso, em termos financeiros, pois para ele é importante Vilar Formoso estar envolvido e fazer parte da direção, de forma a que haja um equilíbrio de forças.

O senhor Presidente respondeu que mantinha o que disse anteriormente. Referiu que, em termos administrativos e territoriais está todo o terreno abrangido, dizendo que a Eurocidade não é Fuentes de Oñoro e Vilar Formoso, a Eurocidade vai até à Miuzela, senão o Município estaria a pagar por cada uma das Juntas de Freguesia para lá estar, referindo que não foi essa a análise que fizeram na altura da criação. A Eurocidade não é uma Associação fechada, havendo

a possibilidade de serem introduzidos outros Municípios e outros Ayuntamentos, pelo que Vilar Formoso tem de se sentir representada como se sente representada qualquer freguesia do concelho.

O vereador Alexandre Gonçalves interveio, no sentido de dizer, que embora perceba ambas as partes, também considera a dúvida do senhor Carlos Pereira bastante pertinente, gostando, contudo, de relevar a questão de precisarmos de Eurocidadãos para ter uma Eurocidade, sendo esse o maior desafio que se tem pela frente, independentemente de tudo, há que explicar às pessoas o que é a Eurocidade pois não sabem o que é. Disse o senhor vereador que essa comunicação é o desafio mais importante e que convém começar a interiorizar, terminando a sua intervenção lamentando que Vilar Formoso só mantenha o estatuto de observador.

O Senhor Carlos Pereira voltou a solicitar ao Presidente da Câmara que considerasse o pedido feito no âmbito das Delegações de Competências à Câmara Municipal, aguardando uma resposta por escrito, ao que o senhor Presidente respondeu que a resposta foi dada nesta sessão, mas irá enviar a resposta por escrito.

O senhor Carlos Pereira afirmou que aquilo que é importante realizar não pode ser feito, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não participa no planeamento e nas decisões da Junta de Freguesia e que a Junta de Freguesia tem que fazer o planeamento atempado para poder executar as ações que quer executar dentro daquilo que pode.

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, Lara Gomes Silva, Assistente Técnica da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara



Eng.º António José Monteiro Machado

A Assistente Técnica



Lara Catarina Pereira Gomes Silva